



GT 68. Práticas estatais, modalidades de gestão e feixes de poder

Coordenador(es):

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

José Gabriel Silveira Corrêa (UFCEG)

Sessão 1

Debatedor/a: Roberta Sampaio Guimarães (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Katiane Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará)

A proposta deste GT é reunir estudos de diferentes matizes que tenham como campo de reflexão os feixes de relações de poder que ordenam, produzem, e reverberam práticas estatais. Visamos debater as relações entre setores da administração pública e aqueles que em distintos contextos de pesquisa podem ser classificados a partir de categorias como “usuários”, “empresários”, “pleiteantes”, “parceiros”, “especialistas” “atingidos”, “vítimas” etc. Serão especialmente de nosso interesse as análises que reflitam sobre a produção de mecanismos de assujeitamento e de modalidades de gestão e identificação de grupos e segmentos sociais através das práticas e discursos estatais. Para nortear o debate, sugerimos três eixos temáticos: 1. Projetos de desenvolvimento, projetos de cooperação e grandes empreendimentos; 2. Políticas de reconhecimento, memória e reparação; 3. Mercado, corporações, intermediários sociais e mediadores culturais.

?Planejamento? como expressão dos conflitos sociais: das reformas de base à razão tecnocrática no Brasil (1961-1967)

Autoria: Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho (Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais)

A comunicação irá lidar, com material histórico (incluindo história oral) e documental, analisar os discursos, as práticas administrativas, as concordâncias e os conflitos em torno do ?planejamento? ao longo dos governos de João Goulart (1961-1964) e Castelo Branco (1964-1967). O planejamento no Governo Goulart procurava se legitimar argumentando a partir de uma racionalidade que emanava dos interesses populares (as ?reformas de base?), enquanto o planejamento no governo Castelo Branco se justificava inversamente, a partir de uma razão tecnocrática. A hipótese interpretativa do material consultado é que ?planejamento? e ?planos? não são o resultado de uma racionalidade fria e calculadora resultante da adequação entre meios e fins, sendo antes permeados pelas paixões que tecem os fios da história. O ?planejamento? adquire sentido na medida em que articula práticas discursivas e ideológicas a ações políticas e administrativas num contexto específico. Embora o ?planejamento? e seus ?planos? pretendam pairar sobre os interesses e conflitos inerentes a vida social, eles são, na maior parte das vezes, resultados pragmáticos e/ou expressivos daqueles. Devem ser estudados, portanto, nem tanto por aquilo que supostamente ?aplicam? à vida social ? as infinitas gradações do progresso, do desenvolvimento, do aperfeiçoamento e da melhoria - mas por aquilo que expressam desses conflitos e seus desdobramentos. Num primeiro momento serão apresentados alguns elementos históricos que contextualizam a ascensão do ?planejamento? no Brasil a partir da década de 30. Num segundo e terceiro momentos serão explorados o material documental e bibliográfico referente aos dois governos propostos, de forma a se apreender as diferentes nuances do ?planejamento? em cada período. Num quarto e último momento faremos um movimento de aproximação entre os dois tipos de planejamento, de forma a realçar não mais as diferenças entre eles, mas as similitudes no que diz respeito as formas de



mobilização política, gestão administrativa e promessas de futuro.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: